

Identidades rurais na Amazônia: uma história de ocupação social do agricultor familiar no Amapá

Ana Karolina Lima Pedrada

Instituto Federal do Amapá – Santana – AP - Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7763-9249>

Oriana Trindade de Almeida

Universidade Federal do Pará – Belém – PA - Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4254-7982>

Tiago Idelfonso e Silva Pedrada

Instituto Federal do Amapá – Santana – AP - Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0647-6232>

Roberta Cacela de Almeida

Instituto Federal do Amapá – Santana – AP – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5156-8443>

Resumo

O agricultor familiar na Amazônia é um sujeito composto de trajetórias distintas, dada a sua formação histórica multifacetada. Entender este homem rural e sua diversidade social é um desafio. Essa pesquisa buscou desenhar o agricultor familiar amapaense, de acordo com sua trajetória histórica, e como esta trajetória infundiu em sua atividade econômica, influenciando diretamente a preservação da biodiversidade e os saberes locais da região, com reprodução de tecnologias agrárias de base agroecológica. Usou-se, como método de pesquisa, a análise histórico-estrutural, com exames de documentos e com entrevistas, realizadas com lideranças comunitárias da área. A pesquisa evidenciou que o agricultor familiar é um sujeito territorial e é um reflexo da diversificação etnológica, que insiste e que persiste na Amazônia. Também as tecnologias agrárias de base agroecológica existem e resistem nos espaços rurais familiares amapaenses, pautadas em seus conhecimentos tradicionais, e são frutos de suas identidades rurais, mas que carecem de melhores acompanhamentos de assistência técnica e de extensão rural, compatíveis com as realidades do agricultor familiar da região.

Palavras-chave: Territorialidade. Amazônia. Agroecologia. Trajetórias agrárias.

Rural identities in the Amazon: a history of social occupation by family farmers in Amapá

Abstract

Family farmers in the Amazon are individuals with diverse backgrounds, given their multifaceted historical formation. Understanding these rural persons and their social diversity is a challenge. This research sought to profile family farmers in Amapá, based on

their historical background, and how these contexts has influenced their economic activities, directly affecting the preservation of biodiversity and local knowledge in the region, with the reproduction of agroecological farming technologies. The research method used was historical-structural analysis, with document reviews and interviews conducted with community leaders in the area. The research showed that the family farmer is a territorial subject and a reflection of the ethnological diversification that persists in the Amazon. Agroecological agricultural technologies also exist and continue in rural family farms in Amapá, based on traditional knowledge and the result of rural identities, but they lack better technical assistance and rural extension services compatible with the realities of family farmers in the region.

Keywords: Territoriality. Amazonia. Agroecology. Agrarian trajectories.

Identidades rurales en la Amazonía: una historia de ocupación social del agricultor familiar en Amapá

Resumen

El agricultor familiar en la Amazonía es un sujeto compuesto por trayectorias distintas, dada su formación histórica multifacética. Comprender a este hombre rural y su diversidad social es todo un reto. Esta investigación ha tratado de perfilar al agricultor familiar de Amapá, de acuerdo con su trayectoria histórica, y cómo esta trayectoria ha influido en su actividad económica, actuando directamente en la preservación de la biodiversidad y en los conocimientos locales de la región, con la reproducción de tecnologías agrícolas de base agroecológica. Como método de investigación, se utilizó el análisis histórico-estructural, con exámenes de documentos y con entrevistas realizadas a líderes comunitarios de la zona. La investigación puso de manifiesto que el agricultor familiar es un sujeto territorial y un reflejo de la diversificación etnológica que insiste y persiste en la Amazonía. Las tecnologías agrícolas de base agroecológica también existen y resisten en los espacios rurales familiares de Amapá, basadas en sus conocimientos tradicionales, y son fruto de sus identidades rurales, pero carecen de un mejor seguimiento de la asistencia técnica y la extensión rural, compatibles con las realidades del agricultor familiar de la región.

Palabras clave: Territorialidad. Amazonas. Agroecología. Trayectorias agrarias.

1 Introdução

O processo de ocupação territorial na Amazônia se justifica por narrativas desenvolvimentistas, voltadas à socialização e ao desenvolvimento, que atravessam diferentes temporalidades (Romani; Souza; Nunes, 2014). São discursos que nascem e que crescem na disputa de terra, desde o Período Colonial, entre os séculos XVI e XVIII, e que se reproduzem, atravessando gerações, buscando justificar a introdução de projetos, voltados a agroindústrias ou exploração de recursos em larga escala na Amazônia, de forma a “resolver” atritos sociais nas escalas locais, no século XXI.

Desde o início da colonização, no século XVI, o modelo econômico implantado no Brasil foi sistematizado na propriedade instalada em extensas áreas, com concentração de terras, na especialização do trabalho, voltada ao cultivo de monocultura de exportação, e no trabalho escravo (Silva, 2019), levando a acreditar que a grande unidade de produção capitalista evoluiria — e seria hegemônica com o capitalismo — e resolveria a crise alimentar no mundo (Azevedo; Santos, 2017).

Com a introdução de outras culturas e outros povos no espaço amazônico, a colonização europeia provocou o desaparecimento quase total das nações indígenas nativas da Amazonia, devido à alta mortalidade das lutas e às doenças, resultantes do contato com estes, como consequentes perdas de memórias e de tradições das culturas locais (Costa, 2012; Filocreão, 2015; Nahum; Ferreira, 2019).

Num olhar mais humano, a colonização europeia capturou não somente os recursos naturais da Amazônia, mas também os saberes epistemológicos, associados a seus recursos, a partir do desaparecimento de recursos naturais e de grupos sociais (extinção, genocídio, aculturação, epistemicídio) — e da perda das relações e dos significados sociais que os constituíam (Silva, 2017).

Acresce que, nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1960, a Amazônia experimentou processos de desenvolvimento econômico, criando trajetórias de dependências sociais e econômicas, ancoradas na exploração dos recursos naturais da região e na exclusão do homem do campo — e dos seus saberes tradicionais —, pela transformação de florestas em pastos extensivos e em campos agrícolas, pela grilagem de terras e pela violência rural, o que resultou num mosaico de áreas degradadas, no esgotamento de recursos naturais e, mais uma vez, na perda de identidades culturais do povo local (Azevedo-Ramos, 2009; Silva, 2017; Silva; Simonian, 2015).

Programas de colonização da Amazônia representam estes processos de desenvolvimento, sob a narrativa de reduzir a pobreza social, a partir da valorização econômica, formando uma compreensão de que a exploração se fará sustentável, se, e somente se, submetida às regras empresariais de monopólio sobre os recursos ou às regras estatais de coordenação das ações interdependentes, necessárias ao uso sistemático destes recursos (Costa; Fernandes, 2016; Silva; Simonian, 2015; Simonian, 2007).

Essa lógica capitalista acabou impulsionando um movimento camponês brasileiro contra-hegemônico, processo marcado pela organização e pelas formações política e social, quando da desterritorialização dos povos nativos, tais como os indígenas. A este grupo somam-se os escravos, os imigrantes e, em seguida, os europeus — então, excluídos do acordo pelo monopólio de classes instaurado no Brasil (Azevedo; Santos, 2017) —, unidos nas lutas pelos direitos de liberdade e de territorialidade, que ascenderam de ações pela resistência nas questões agrárias, objetivando trabalhar e viver em dignidade.

Esse movimento contra-hegemônico, que é contrário ao raciocínio desenvolvimentista historicamente estruturado pelo colonialismo na Amazônia, vem se desenvolvendo na região. Nele, a socialização da natureza, que pode ser vista como um caminho alternativo ao modo capitalista de industrialização na Amazônia, pois valoriza a alimentação saudável, a partir das trajetórias agrárias e da soberania alimentar, utilizando aspectos e alimentos regionais e culturalmente apropriados, vem em oposição à onda da industrialização e ao seu pensamento de desenvolvimento econômico, uma vez que baseia a criação de capacidades econômicas, pautadas na economia solidária e nas potencializações da produção e dos recursos. Nesse sentido, a capacidade de emprego dos recursos da natureza tem a ver com os saberes tradicionais das sociedades, que fazem parte do meio; não, com a industrialização ocidentalizada. As estratégias agroecológicas apontam para os aumentos da produção e da conservação dos recursos naturais e, também, para a

geração de empregos e a oferta de oportunidades de acesso a mercados locais, dadas as suas estabilidades produtiva e econômica, promovidas por sujeitos locais, que operam em diferentes lugares, empreendendo a diversidade local, com destaques para o fortalecimento das trajetórias agrícolas e para a constante inovação, ensejadas pelas pequenas comunidades rurais (Altieri, 2010).

O processo de desenvolvimento rural, protagonizado pela diversidade social da Amazônia, surge desta realidade histórica no longo prazo, enquanto herança de resistência aos processos coloniais impositivos de outrora, a qual deu origem ao pequeno produtor rural local atual (Silva, 2017). O sujeito social da Amazônia emerge do projeto familiar-estrutural, cujas trajetórias tecnológicas são orientadas pelos seus produtos, e é um dos principais responsáveis pela pulverização de experiências nos contextos dos processos produtivos locais, modelando o ecossistema de acordo com suas necessidades (Costa; Fernandes; Crispim, 2018; Simonian, 2007).

A diversidade presente nas identidades rurais amazônicas vai além da biodiversidade na região, sendo composta por indígenas, por ribeirinhos, por quilombolas, por caboclos, por ex-seringueiros e por outros grupos, e é fruto de heranças culturais indígenas, europeias, nordestinas e até mesmo africanas (Nahum; Ferreira, 2019). Seus territórios são a principal condição para as suas reproduções social, ambiental e econômica, e a agroecologia se destaca no papel de tecnologia preparada entre agricultores familiares, quando das construções do desenvolvimento e da adaptação de métodos adequados a situações locais específicas (Caporal; Costabeber, 2004). A complexidade multifacetada e a diversidade do ambiente campesino da região amazônica apontam para a necessidade urgente de estudar as identidades rurais e as práticas agrícolas promovidas por estes povos, pois esta coletividade engloba o uso e o desenvolvimento de tecnologias tradicionais, que garantem o manejo integrado dos recursos naturais locais, visando seu melhor aproveitamento, com minimização de impactos ambientais e sociais (Stuchí; Rodrigues; Santos, 2016).

O objetivo desta pesquisa é o de compreender as estruturas históricas do agricultor familiar do Amapá, para entender como estas estruturas influenciam suas atividades econômicas, a partir da reprodução de tecnologias agrárias de base agroecológica, atuando diretamente nas preservações da biodiversidade e dos saberes locais regionais. Nessa pesquisa, tomou-se o cuidado de não generalizar os sujeitos participantes, colocando-os em categorias sociais já presentes em estudos acadêmicos anteriores, pois se entende que estes sujeitos apresentam valores históricos sociais heterogêneos, dadas as suas muitas realidades regionais e históricas de inserção. Dito de outro modo, a classe dos pequenos produtores rurais da Amazônia não pode ser vista como homogênea, pois depende do tempo e do recorte espacial analisados, assim ela apresenta diferentes configurações de família, de trabalho e de produção, que não cabem em modelos preestabelecidos, posto que nenhuma identidade ou sociedade pode ser descrita, a partir de perspectivas singulares e universais (Escobar, 2005; Oliveira, 2018).

2 Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa social e aplicada, de análise qualitativa e de objetivos metodológicos exploratórios e explicativos. Utilizou-se, como método, a análise histórico-estrutural, empregando técnicas de investigação, baseadas em exames bibliográficos e documentais e em aplicações de entrevistas semiestruturadas. Na análise bibliográfica, foram feitas revisão e análise de conteúdos sobre pesquisas presentes na base de dados Scopus e na plataforma de periódicos da CAPES, buscando pesquisas, que contivessem palavras-chave que envolvessem o território da Amazônia, como “campesinato”, “caboclos”, “extrativistas”, “agricultura familiar”, “seringueiros”, entre outras, publicadas entre 1995 e 2022, além de textos de autores clássicos, que remetem ao tema de campesinato. No que tange às avaliações documentais, foram explorados o banco de dados dos agricultores familiares da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá, do período de 2016 a 2022, e informações do censo agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Igualmente, foram entrevistados líderes de cinco comunidades agrícolas *in loco*, presentes na área rural do município de Macapá, as quais concentram 48% dos agricultores familiares do estado, previamente identificadas, pelos órgãos de assistência técnica e de extensão rural do estado, como promotoras de práticas agroecológicas e consideradas ativas no processo de desenvolvimento rural sustentável agroecológico na região — as entrevistas ocorreram entre abril de 2021 e dezembro de 2022 e cada uma delas durou uma hora e meia, em média.

Nas entrevistas, para entender as trajetórias, a pesquisadora abordou temas, como processos históricos familiares, especulações fundiárias, relações de territorialidade e emancipação da terra. Quanto ao estudo de tecnologias agrárias, a pesquisadora se aprofundou em aspectos, como práticas agroecológicas tradicionais (re)produzidas nas comunidades, promoções de ações de preservação ambiental e apoios de assistência técnica no acesso a estas tecnologias. Por fim, foram abordados os anseios e as necessidades latentes no campo, necessários para continuar promovendo a agroecologia nos estabelecimentos rurais locais, da acordo com as lideranças entrevistadas. Antecipada e posteriormente às entrevistas com estes líderes das comunidades agrícolas, entre os anos de 2021 e de 2022, foram feitas visitas, para conhecimento de campo e para identificação destas lideranças, momentos em que a pesquisadora usou a observação participante como técnica complementar, com registros de notas de campo e com participações em reuniões de associações. Também previamente às entrevistas, a pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética e Pesquisa, para obtenção da anuência deste órgão (identificada pelo número CAAE: 38065120.0.000.0003). À seguir, foram feitas análises e interpretações dos dados levantados, com leitura e transcrição integral das entrevistas, a fim de obter os resultados e as conclusões do trabalho.

3 O processo de formação histórica e as trajetórias agrárias do agricultor familiar no Amapá

3.1 O período de colonização e os primeiros movimentos agrários na Amazônia

É imprescindível destacar que, no primeiro momento de colonização do Brasil, o qual ocorreu entre os séculos XVI e XVIII, houve a produção de tecnologias pré-industriais, a presença de fluxos de metais preciosos, a criação das primeiras *commodities* (borracha, açúcar e café) e a apropriação de recursos menos conhecidos no mundo, como as Drogas do Sertão, na Amazônia, cujo território teve sua essência social modificada no curso de expansão das economias europeias colonizadoras de seu espaço (Costa, 2012; Filocreão, 2015).

Também, as discussões sobre campesinato no Brasil são históricas, construídas desde este período de colonização, que situaram uma sociedade rural na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista, frente à imposição de um desenvolvimento baseado na modernização da agricultura, com a monocultura e com a concentração fundiária por ela provocadas, estratégia neoliberal e classicista, em que o capitalismo se apropria do território que se mantém, mesmo após o fim do Período Colonial (Fernandes, 2012; Marques, 2008; Wanderley, 2014).

Nesse sentido, desde o século XVI, o conhecimento e a apropriação do território amazônico tem sido reinterpretado e reutilizado em diferentes disputas: manutenção da posse do território para Portugal; conflitos entre europeus e Igreja, visando o direito sobre a população indígena; criação de uma identidade ligada ao ocidente, ora como forma de marcar a diferença entre esta e o espaço incivilizado, ora como forma de destacá-lo como berço da verdadeira nacionalidade (Neto; Neto, 2017; Pereira; Oliveira, 2018). Dessa forma, os europeus tratam esta região como uma grande massa florestal a ser ocupada, colonizada e desenvolvida, usando esta narrativa para discutir, em perspectiva histórica, os impactos e os conflitos trazidos às condições de vida das populações locais (Miranda, 2018; Romani; Souza; Nunes, 2014).

Dele, persistem ideias de um suposto vazio demográfico que necessitava ser preenchido com produtividade econômica e imagens de uma sociedade que precisava ser civilizada, para fazer frente à cobiça mundial. Tais simplificações, anacronismos e análises de senso comum naturalizaram a exploração econômica e, sobretudo, a visão deste território como atrasado, inóspito ou selvagem (Neto; Neto, 2017; Romani; Souza; Nunes, 2014). Não é forçoso afirmar que as estruturas impostas pela colonização europeia na região amazônica se perpetuem até hoje. Esse vínculo com o passado, chamado colonialidade, convive com a modernidade, desde a “conquista” do país; é esta colonialidade de ser, de conhecimento e de poder que o atual império liderado pelos EUA tenta silenciar e conter; a mesma colonialidade que se afirma nas fronteiras do sistema-mundo moderno — a partir da qual grupos subalternos tentam se reconstituir (Escobar, 2004).

Também é importante destacar o período da borracha na Amazônia neste contexto, que compreende os anos de 1848 a 1912, pois a composição da mão de obra para esta produção se fundamentou na força de trabalho do homem do campo, que sofreu fortes influências dos processos de imigração da mão de obra nordestina e de introdução da mão de obra escrava. No período, a produção do seringal era controlada pelo domínio de técnicas indígenas, porém tal momento não teve importância econômica no comércio, pois abastecia somente o mercado doméstico. A partir de 1877, a exploração dos seringais amazônicos exigiu um grande

contingente de mão de obra, pois as indústrias automobilísticas europeias e estadunidenses demandavam borracha dos seringais para matéria-prima e isto reverberou na reorganização regional, em especial das áreas ribeirinhas (Nahum; Ferreira, 2019). O fim do Ciclo da Borracha acontece em 1912, quando as exportações das plantações de seringueiras na Malásia, estabelecidas de forma homogênea, a partir de sementes brasileiras biopiratas, derrubaram os preços do mercado mundial, devido a sua produtividade muito superior à dos seringais nativos amazônicos (Costa; Inhetvin, 2007). O colapso desta economia levou à desagregação das cadeias mercantis, ampliando as bases camponesas na região, composta pela força de trabalho retida nos seringais, que não retorna para o Nordeste e que permanece no espaço e nas sociedades de várzea, tradicionalmente habitadas por ribeirinhos, com seus modos de vida secularizados pelos indígenas, fazendo uso da pesca e da agricultura ou passando a explorar o látex no antigo regime seringal (Costa, 2012; Costa; Inhetvin, 2007; Nahum; Ferreira, 2019).

Diante desta crise, os caboclos, herdeiros de componentes culturais indígenas e com uma trajetória histórica de dois séculos, em que dominam de modo completo os potenciais produtivos de base natural de seus territórios, em relação à parcela humana recém-chegada, deixam de lado as empresas ligadas à estrutura mercantil seringal e passam a se basear na lógica das diversidades social e ambiental na agricultura e na pecuária.

Essa transformação na Amazônia foi baseada em três movimentos estruturais agrários internos: alguns trabalhadores, ligados aos seringais falidos, transformaram-se em camponeses agrícolas autônomos, assentados junto a cidades, e produziam hortaliças, farinha de mandioca ou arroz; outros, permaneceram nas áreas dos seringais, produzindo borracha organizadamente, pela produção familiar, como camponeses extrativos; e outros, mantiveram relações de trabalho com o mercado, a partir do extrativismo dos castanhais em expansão (Castro, 1999; Costa, 2000).

Acresce a este processo de colonização histórica na Amazônia a racionalidade utilizada pelo regime militar, durante seus anos de intervenção na região — entre as décadas de 1960 e de 1980 —, que se valeu de certos elementos organizadores em seus discursos, tais como integração, nacionalismo, mito de espaço vazio, ideia de fronteira e necessidade de segurança, todos eles orientados e organizados pela obsessão desenvolvimentista que marcou a gestão do período (Soares, 2019).

Ao longo destes anos, foram se desenvolvendo frentes agropecuárias, mineradoras e madeireiras, responsáveis pelo aumento vertiginoso do desmatamento, pelas poluições de rios e de nascentes e pelo desaparecimento, invisibilizado na narrativa historiográfica, de povos originários, ribeirinhos, castanheiros e seringueiros (Souza; Carodi, 2019). Nesse sentido, formularam-se políticas públicas, que visavam alianças com o empresariado na expansão de um novo mercado de terras, e na sua exploração econômica, pelas lavouras de monoculturas e pela pecuária, assumindo o fala de que, com tais ações, as pressões no campo diminuiriam em outras regiões do país, sempre em nome da segurança nacional (Neto; Neto, 2017).

Nesse momento, os habitantes da terra eram vistos, pelos militares, como criaturas vazias, destituídas de qualquer crença ou ideologia, nas quais poderiam facilmente introduzir seus conceitos cristãos — eles eram considerados selvagens, subjugados, inferiores e incapazes de compreender as dimensões da civilidade

ocidental (Souza; Carodi, 2019). Mas o fato é que não havia vazios demográficos, tampouco pessoas vazias; ao contrário, havia povos e comunidades tradicionais, com lógicas próprias de reprodução, no território da Amazônia, que não cabiam no discurso desenvolvimentista de então.

As políticas de colonização da ditadura militar desenhavam um cenário gradativamente propício ao surgimento de conflitos fundiários, passando a reunir, em um mesmo espaço, diferentes grupos sociais, como populações tradicionais, agricultores familiares e latifundiários, e lógicas de territorialidades e formas de apropriação e uso da terra díspares entre si (Romani; Souza; Nunes, 2014), a partir das quais as terras indígenas e/ou caboclas foram ocupadas, com a expulsão de seus habitantes, a partir da propriedade instalada. Em suma, a formação social camponesa da região amazônica é resultado de processos histórico e estrutural inicialmente impositivos, provocados pela colonização europeia entre os nativos existentes e os povos colonizadores, incluindo posteriormente migrantes nordestinos e escravos africanos, dando origem à grande diversidade social da região (Costa, 2012; Nahum; Ferreira, 2019), reverberados nos discursos e nas práticas reproduzidas nos períodos da borracha e da ditadura militar, que influenciaram fortemente a dinâmica agrária da Amazônia. Por este motivo, a classe do pequeno produtor rural não pode ser vista como homogênea na Amazônia, pois, dependendo do tempo e do recorte espacial analisados, ela vai apresentar diferentes configurações de família, de trabalho e de produção, que não cabem em modelos preestabelecidos (Oliveira, 2018).

É neste sentido que o reconhecimento do legado das populações nativas da Amazônia parece proveitoso: descarta a visão preconcebida de que a Amazônia foi encontrada pelos europeus, compondo uma natureza pura, e assevera que a diversidade biológica da região não foi manejada intensamente pelos povos nativos, razões pelas quais o passado técnico do homem da região tropical muda de condição (Silva, 2017).

3.2 O processo histórico das ocupações social e econômica no Amapá

Até o início da década de 1940, o camponato do Amapá era visto na agricultura de subsistência, na criação de gado, na pesca, na caça, no extrativismo vegetal (de castanhas, de madeira e de borracha), com uma população pequena e dividida em povoamentos isolados, separados por leitos de rios, que vivia em condições mínimas, em casas construídas de palha e de madeira, e com pouco acesso a serviços básicos (Lobato, 2014). Esse cenário acabou deixando de fora os debates sobre a pertinência e a reprodução social agrícola, apesar da sua modernização, e sobre os saberes das populações tradicionais, quanto a recursos naturais e a suas estratégias de uso e de exploração ambiental e comercial, que continuam a compor os cotidianos de produção de muitas regiões da Amazônia (Castro, 1999; Porto, 2005). Esse camponês não pode ser visto como um agricultor pobre e isolado do mundo capitalista (Azevedo; Santos, 2017), que planta apenas para a sua subsistência, dados os seus contextos histórico e singular de inserção, com protagonismo político na luta pela terra, em que a necessidade familiar constitui o âmago da organização (Vieira, 2019). Usar o termo “subsistência” para qualificar sua estrutura econômica seria inadequado e incompleto, por isto é imperativo estudar suas formas histórica, política e social de organização.

A origem do Amapá, enquanto Território Federal, foi assentada em uma ideia institucional de desenvolvimento exógeno (leia-se exploração), desde o Período Colonial, seguido da exploração do manganês, a partir de tecnologias importadas, entre os anos de 1957 e de 1998, da criação de Unidades de Conservação, também por elemento jurídico impositivo, a partir de 1989, do desenvolvimento da agricultura, sem levar em consideração características ambientais locais, entre outros aspectos. Em todo caso, a situação permanecia a mesma: exploração de recursos naturais, discrepando com falta de infraestruturas básicas e com população em estado de extrema pobreza (Chagas *et al.*, 2017; Lobato, 2014; Lobato; Ferreira, 2020; Porto *et al.*, 2009).

A transformação do território do Amapá em estado, em 1988, juntamente da exaustão das minas, em 1998, revelou a falta de visão de futuro da administração pública de época, quanto ao desenvolvimento autônomo da região, principalmente em relação a sua infraestrutura (Chagas *et al.*, 2017; Porto, 2005). Aos poucos, as atividades econômicas foram redesenhadas e os seus espaços social e de reprodução de trabalho foram redefinidos. Desde então, a mão de obra se voltou para as atividades econômicas que o estado vem sediando, desde 1998 a 2025: o agronegócio, que gera poucos empregos e que provoca aumento no desmatamento, diante das fragilidades das políticas ambientais; e a estrutura urbana e a desigualdade social nela formada, gerando colapsos nos serviços básicos e violência, enquanto outros insistiram em permanecer no campo, promovendo a pequena produção familiar. Então, o campesinato se efetiva como uma classe social, que sobrevive em meio às contradições da expansão capitalista na região (Ploeg, 2009; Shanin, 2005).

Portanto, paralelamente ao esforço do governo na montagem de infraestruturas hegemônicas de base neoliberal, há um projeto de desenvolvimento de base rural em andamento na Amazônia, caracterizado pelo capital natural. Nele, o processo produtivo é visto como um extenso conjunto de produtos, obtido por extrativismos de coleta ou pequenas produções diversificadas, e o solo é um suporte a modos diversos de agropecuária, que se constitui de pequenas propriedades familiares, nas quais não há inovação, sem compartilhamento dos saberes a ela associados (Costa; Inhetvin, 2007).

Geneticamente, esse produtor amazônico mais tradicional se vincula ao projeto familiar-estrutural, cujas trajetórias tecnológicas são orientadas ao seu produto e organizam as relações técnicas de produção nele prevaletentes, expressando cadeias de valor, que se estabelecem nas relações sociais, de produção e de transação (entre si e com agentes externos), ocorrendo o mesmo com a distribuição do excedente nele gerado (Costa; Fernandes; Crispim, 2018).

Por fim, deve-se lembrar de que a expressão povos tradicionais, institucionalizada pelo Decreto nº 6.040/2007, é amplamente usada na Região Norte do país e se refere a quilombolas, a ribeirinhos, a indígenas, a agricultores familiares, entre outros, que se configuram como peças principais da conservação da biodiversidade amazônica. Tal se refere, enfim, a povos dotados de conhecimentos sobre a exploração e sobre o manejo de recursos naturais, que possuem valores culturais e que são passados de geração em geração. Desse modo, o conceito de população tradicional teria, no seu sentido preservacionista, um valor muito mais político e ideológico do que propriamente acadêmico-científico, pelo qual o modo de

vida desta população se baseia no uso de recursos naturais e promove baixos impactos ambientais (Brasil, 2007; Silva; Simonian, 2015).

3.3 Reestruturação produtiva da agricultura familiar no Amapá: caracterização social, uso da terra e especulação fundiária

No estado do Amapá, os agricultores que permaneceram no campo, reproduzindo-se social e economicamente, merecem destaque, uma vez que 77% do pessoal ocupado no segmento da agropecuária está alocado na agricultura familiar (IBGE, 2019). As identidades rurais deste contingente são diversas, pois, historicamente, seus componentes viveram distintos processos espaciais e temporais, reproduzindo vários aspectos da vida camponesa (Saquet, 2014).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa colheu relatos de histórias e de lutas diversificadas, a partir das quais, antes de se colocar como camponeses (se é que o fazem), os participantes se apresentaram como agricultores familiares, inseridos em um universo de pequenos produtores rurais, de extrativistas, de caboclos, de quilombolas, de indígenas, de ribeirinhos, de parceiros — enfim, de povos da floresta. Mas a ausência de uma autoidentificação de classe não impede o seu reconhecimento, marcado pelo controle sobre os próprios meios de produção e de trabalho (Azevedo; Santos, 2017).

Alguns são descendentes de nordestinos, que vieram para a Amazônia em busca de trabalho no Ciclo da Borracha; e outros eram descendentes de escravos africanos (e mostram os documentos de alforria da família com orgulho):

“Eu e minha família sempre trabalhamos no campo, a terra foi empossada pela minha avó que era escrava [nesse momento, ele mostra a carta de alforria]. Minha avó era crioula que fugiu para uma comunidade quilombola na época da escravidão e casou com um alemão” (informação verbal de Entrevistado 03, 2021).

São histórias contadas por agricultores familiares com vaidade de suas raízes, mostrando, como se fosse uma obrigação, perpetuar o legado da agricultura na família:

“Eu trabalho com horticultura aqui no Amapá desde 1995. Antes eu trabalhava na construção civil lá no Nordeste com meu pai, mas a fome era grande demais, e num era o que eu queria não. Casei com uma cabocla. Ela sabia os segredos de trabalhar nessa terra aqui. Eu sou filho da dor, dor da fome” (informação verbal de Entrevistado 01, 2021).

Durante a pesquisa, também foram encontrados agricultores descendentes de indígenas, ribeirinhos — que moravam às margens do rio Araguari e que se mudaram para Macapá, em busca de um “pedaço de terra firme” para viver —, netos de ex-seringueiros, alguns descendentes da mão-de-obra da antiga empresa responsável pela exploração de manganês na região, que o meio urbano não absorveu, e descendentes de casamentos entre europeus e nativos da região, os chamados caboclos; todos, sem exceção, se autodenominavam “agricultores familiares”, deixando evidente os diversos tipos de agricultor familiar presentes no Amapá.

De fato, é impossível homogeneizar o conceito de agricultor familiar, a partir destes pontos, vistos isoladamente, pois o impacto das histórias específicas dos camponeses sobre as sociedades das quais fazem parte seria negligenciado, reduzindo o conceito do camponês a um plano cartesiano, simplista. Trata-se, ao contrário, de um homem diverso, cujas características variam, de acordo com o local, com as paisagens, com o solo e com o clima de sua região de inserção. Em outras palavras, a heterogeneidade dos camponeses é indubitável, pois estes não podem ser compreendidos ou adequadamente descritos, sem suas estruturas societárias mais gerais — o mesmo é válido para seus contextos históricos (Shanin, 2005). Vale destacar que o marco social do conceito de agricultura familiar no Brasil ocorreu na década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pelo Decreto nº 1.946/1996, ocorrendo posteriormente a criação da Lei nº 11.326/2006, como uma maneira de enquadrar a classe social em uma categoria, para que pudesse ter acesso a políticas públicas (Felício, 2006; Vieira, 2019). Em suma, tal conceito foi criado pelo neoliberalismo para enfraquecer o antagonismo entre as classes sociais de base camponesa, pois o camponês, ao dispor de um pouco mais de mão de obra e de mais renda, não se vê mais como um camponês, apesar da experiência (Oliveira, 2018).

Observa-se que existe certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à ideia de agricultura familiar que se difundiu no Brasil, uma vez que as políticas públicas voltadas à agricultura de pequena escala têm os objetivos de possibilitar a intensificação tecnológica na área rural e de potencializar a produção agrícola e a interação entre o agricultor e o mercado, o que muitas vezes não é a realidade do pequeno produtor rural da Amazônia Oriental brasileira. O sujeito rural brasileiro luta pela autonomia, mas é heterogêneo, ou seja, tem diferentes escalas de família, de renda e de trabalho (Wanderley, 2019); a sua terra é sinônimo de sobrevivência e o trabalho familiar é o seu modo de vida, baseado na independência do trabalho e na reprodução social (Fernandes, 2012); e ele tem as suas próprias organizações econômicas de mercado e os seus conhecimentos são compartilhados, razão pela qual a agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola, em que a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, propiciando a transmissão de patrimônio e a reprodução desta forma de exploração (Felício, 2006).

Nesse caminho, as histórias de lutas traduzem a necessidade de reparações históricas, quando da perpetuação das trajetórias pelas gerações, que ficam evidentes nas entrevistas e na análise observacional: “[...] os filhos e sobrinhos estudam na capital, mas vão voltar a trabalhar na terra com o conhecimento que ganhou nos estudos” (informações verbais dos entrevistados 02 e 04, 2022); e “Quero honrar o nome da minha família, dar continuidade ao trabalho que minha avó ensinou para o meu pai e que me ensinou. Quero dar continuidade à nossa história, é uma obrigação dentro de mim, eu tenho orgulho de onde eu vim” (informação verbal de Entrevistado 03, 2021).

A pesquisa também identificou que, quanto maior é o lote de terra, maior é a família que o ocupa, bem como que as unidades entre 20 e 200 hectares concentram 54% de toda a mão de obra agrícola familiar do estado do Amapá, normalmente composta por famílias com mais de cinco membros (IBGE, 2019). Relacionando as variáveis quantidade de pessoal ocupado e tamanho do lote, a média de

trabalhadores por hectare permanece a mesma em todas as escalas de tamanho de lote: 3,5 pessoas (IBGE, 2019). Esse cenário demonstra que as dimensões econômicas da empresa camponesa, como unidade de produção, encontradas no Amapá são determinadas pela sua disponibilidade de membros aptos para o trabalho, isto é, pela quantidade máxima de trabalho que estes podem realizar, até atingir o limite de sua capacidade física (Carvalho, 2014; Costa, 2014). Os vínculos do agricultor familiar com a terra podem ser do tipo posseiro ou arrendatário, são produtos de histórias de luta pela terra e são reproduzidos, a partir das práticas tradicionais, que fazem parte da rotina familiar (Archetti, 1974; Fernandes, 2002; Saquet, 2014; Shanin, 2005). A condição de uso da terra é variada no Amapá: cerca de 56,7% dos agricultores familiares são proprietários de suas terras, enquanto 29,81% são concessionários ou assentados, aguardando titulação definitiva. Entre os proprietários, o tamanho de suas áreas se concentra na faixa entre 5 e 200 hectares (72%), com acentuação nas áreas entre 50 e 100 hectares (25%). Para os agricultores com áreas concedidas ou assentadas, os tamanhos são variados (IBGE, 2019) — os assentamentos de reforma agrária são constituídos, a partir de organizações de famílias camponesas, numa busca histórica pelo acesso à terra e pela regularização legal de seus territórios (Santana; Gervais; Mattos, 2021).

No Brasil, as lutas agrárias são um debate recorrente, pois a concentração fundiária é um processo histórico-estrutural, que remonta ao século XVI, com o processo de colonização. Na Região Amazônica, tais ações datam das sesmarias, das lutas dos quilombos e indígenas e da Cabanagem, entre outros eventos, e configuram inclusive os debates atuais, como o Movimento dos Sem Terra, iniciado na redemocratização do país, cujas estratégias de acesso à terra incluem a ocupação de grandes propriedades, que não cumprem com as funções sociais da terra (Fernandes, 2002; Silva, 2019). Essas lutas agrárias são, antes de mais nada, o camponês territorializando a luta pela terra e deslegitimando a mercantilização agrária imposta pelo neoliberalismo, que é a forma estratégica pela qual o capital se apropria do território. Nesse viés, os espaços de luta e de resistência são materializados na ocupação da terra — e a ocupação é condição para a territorialização —, portanto as lutas pela terra e pela reforma agrária são, antes de mais nada, embates contra o grande capital agrário (Felício, 2006; Fernandes, 2012; Marques, 2008; Ploeg, 2009). As tensões em torno da questão da reprodução do campesinato, enquanto subordinado ao modo capitalista de produção, a rareada reforma agrária e os aumentos da concentração fundiária e dos processos de desterritorialização, acrescidos de outros fatores, têm ampliado as lutas em torno da terra no Brasil (Vieira, 2019), assim é necessário destacar que, nos últimos 20 anos, um conjunto de empresas de grande porte foi se consolidando na Região Norte do país, cuja gestão tem objetivado responder aos padrões de exigência do mercado mundial, provocando a concentração fundiária e a exclusão do homem do meio rural. O agronegócio, uma das recentes atividades econômicas do Amapá, tem a conversão de florestas em monoculturas de grãos, sobretudo a da soja, na sua mais expressiva forma de inserção de uma cultura exógena e potencializadora de conflitos socioambientais, que perpassam a posse irregular da terra, ocasionando impactos a ecossistemas e incertezas, quanto às bases econômicas da região (Castro, 1999; Chagas *et al.*, 2017). Por outro lado, a concentração de terras tem motivações históricas, que remetem aos mecanismos de dominação social, por esta razão a

questão agrária assume, no Brasil, uma dimensão fundamentalmente política (Wanderley, 2019).

Em realidade, no ano de 2019, a safra de soja no estado do Amapá foi de 54 mil toneladas, ocupando um total de 18 mil hectares (APROSOJA, 2019). Diante da importância econômica do agricultor familiar no estado, a questão da concentração fundiária se torna ainda mais evidente com a entrada do agronegócio na região, pois o conflito pela terra vem se tornando mais presente e é realizado por empresas capitalistas, com a implantação de grandes projetos, e pelo Estado, com a criação de áreas de preservação e de proteção integral, marginalizando o tema da concessão de terras a agricultores familiares (Lomba; Silva, 2014). O agronegócio nega as dimensões identitárias, que nutrem as categorias “camponês” e “agricultor familiar”, retirando delas toda referência à constituição de sujeitos políticos, frequentemente desconhecendo o caráter subalterno de sua participação setorial, que exclui qualquer possibilidade de adesões econômica e política às grandes propriedade e produção (Wanderley, 2014).

É fato que a ação do Estado sempre foi caracterizada pela orientação explicitamente favorável à constituição da grande propriedade fundiária, através de iniciativas e de ações socialmente onerosas e parasitárias: a doação de terras, pelo sistema de sesmarias, no período colonial; a abertura de fronteiras agrícolas, que favoreceu a incorporação de novas áreas agricultáveis; a instalação de infraestruturas; e a legitimação de apropriações ilegais e violentas de terras públicas, sob a forma de grilagem (Wanderley, 2019). Em essência, as principais diferenças entre as agriculturas camponesa e empresarial (capitalista) não residem somente nas relações de propriedade; elas se situam principalmente nas diferentes formas pelas quais a (re)produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas (Ploeg, 2009).

No Amapá, a concentração fundiária não é diferente da do Brasil, em que os agricultores familiares ocupam 82,1% dos estabelecimentos agropecuários do estado, porém detêm apenas 19,7% da área agropecuária total (IBGE, 2019). Mesmo neste cenário, o agricultor familiar é responsável por 60,8% das lavouras temporárias produzidas no estado, por 73,4% da horticultura e por 89,7% da produção das lavouras permanentes, mostrando-se um sujeito importante no desenvolvimento rural sustentável da região (IBGE, 2019).

Nesse prisma, a pesquisa interrogou os líderes, quanto aos problemas da especulação fundiária e da coação por terras, mas eles relataram que nunca receberam propostas de compra por suas propriedades, tampouco se sentiram coagidos a fazê-lo, por grandes latifúndios, porém todos conheciam “algum outro colega agricultor familiar”, que passou por este problema e que vendeu suas terras, com promessas econômicas incontestáveis, e que hoje vive nas cidades, marginalizado, com subempregos e morando em locais periféricos e insalubres: “Hoje a gente já tá conscientizando os agricultores da associação para não vender as terras deles. Porque a terra é uma geradora de alimentos, ela faz parte de quem somos” (informação verbal de Entrevistado 05, 2022); “Tem uns agricultores que faziam parte da associação, que venderam as terras e hoje trabalham como embalador de supermercados ou domésticas em casa de família. Acham que 15 mil é dinheiro, o dinheiro acaba e tem que procurar outra renda” (informação verbal de Entrevistado 01, 2022); e “Hoje eles [os agricultores que venderam suas terras] têm vontade de

voltar pra comunidade, mas é difícil conseguir terra, não tem dinheiro pra comprar terra, vivem uma vida de miséria na capital” (informação verbal de Entrevistado 04, 2021).

No Amapá, esses conflitos estão mais vinculados à pressão moral, pelo constrangimento à cidadania dos sujeitos, a partir dos usos de outras formas de violência, que buscam coagir o agricultor familiar e que o pressionam a vender seu lugar de moradia, sua terra de lavra ou suas áreas de pesca a preços irrisórios (Lomba; Filocreão; Silva, 2020; Silva, 2015). São conflitos históricos, que datam dos colonizadores e da população nativa, baseados nas relações econômicas e políticas, e suas formas de apropriação de riquezas, dirigidos pelo Período Pombalino e suas políticas de miscigenação, por grupos de jesuítas missionários e por Casas de Aviamento na Amazônia (Chagas *et al.*, 2017; Costa, 2000, 2012; Porto *et al.*, 2009; Porto; Brito, 2005). A crise alimentar, o desemprego crônico, os níveis reduzidos de renda no meio rural, a crescente crise energética e o novo grau de ordenamento da agricultura camponesa são consequências do capitalismo e, não, as raízes da luta pela terra. A luta pela terra é um problema estrutural, que surge na colonização e que ainda se reproduz na atualidade, com as continuadas formação e manutenção do império agroalimentar e com a conseqüente homogeneização da produção.

3.4 Tecnologias agrárias de base agroecológica promovidas pelo agricultor familiar do Amapá e a preservação da sociobiodiversidade

A disputa por modelos de desenvolvimento no campo coloca em debate as questões da reforma agrária, da segurança e soberania alimentares e das relações de trabalho, assim como aborda como e para quem produzir os alimentos, os insumos e as sementes. Por isso, é necessária a discussão sobre a Agroecologia, modelo de produção camponesa, cujas relações com a produção, com a natureza e com os demais seres humanos são valorizadas (Scarabeli; Mançano, 2020).

Estudos ressaltam que os sistemas de conhecimentos tradicionais e locais de base agroecológica melhoram a qualidade do solo, a biodiversidade, o manejo de nutrientes e pragas e a capacidade de responder a tensões sociais (Francis *et al.*, 2003; Gliessman *et al.*, 2007), e os métodos agroecológicos e as tecnologias agrárias, lideradas por agricultores familiares, por organizações não governamentais e por arranjos locais contribuem para a segurança e soberania alimentares de um território (Altieri, 2010; Scarabeli; Mançano, 2020; Sevilla-Guzmán, 2006).

Nesse contexto, o conceito da soberania alimentar se destaca como o direito dos povos de definir suas próprias políticas agroalimentares, baseadas em sistemas de produção de alimentos sustentáveis, dos pontos de vista ambiental, social e econômico, e culturalmente adequados as suas necessidades, a fim de reduzir a fome e a pobreza e de promover o desenvolvimento rural sustentável (Collado; Montiel; Ferre, 2010). Os elementos fundamentais da soberania alimentar são: fortalecimento dos agricultores familiares e dos sistemas alimentares locais e regionais; promoção de reformas agrárias, constituídas a partir da organização de famílias camponesas; não utilização de insumos químicos e recursos genéticos, impostos pela agricultura industrial; fortalecimento da produção agroecológica praticada pelos agricultores familiares; promoção de sistemas alimentares social e ambientalmente saudáveis; desenvolvimento e ação de políticas públicas, voltadas ao agricultor familiar, que

possam garantir o direito à alimentação; promoção da preservação da biodiversidade e dos saberes tradicionais; e independência nacional para definir políticas alimentares (Brasil, 2014; Hoyos; D'Agostino, 2017; Santana; Gervais; Mattos, 2021).

O foco da base agrícola econômica na Amazônia pousa em produtos com elevado nível de sustentabilidade, de economia expressiva e com reconhecida importância estratégica para um desenvolvimento rural sustentável e inclusivo, amplamente baseado em formas camponesas de manejo de recursos ecossistêmicos e em sistemas agroflorestais e fortemente ancorados em trajetórias tecnológicas, alicerçada em conhecimentos tradicionais, associadas a pequenas agriculturas e a capacidades e arranjos locais, tais como a agricultura agroecológica, orientadas principalmente aos mercados locais (Futemma; Castro; Brondizio, 2020; Mattos et al., 2010).

Uma das formas mais eficientes de promover a segurança e a soberania alimentares decorre da promoção de circuitos na produção familiar, quando parte dos produtos gerados é consumida pela unidade de produção familiar, mantendo e reproduzindo o sistema, enquanto outra parte é compartilhada por outros membros da comunidade, através de redes cultural, social e econômica, o que “[...] contribui significativamente para a estabilidade e permanência das comunidades rurais, a partir de relações econômicas e sociais culturalmente mantidas pelos membros da comunidade” (Noda; Noda, 2003). Os camponeses mantêm a autonomia sobre os meios de produção e se inserem no circuito de produtores e consumidores de mercadorias, além de ter grande capacidade de produzir os próprios meios indispensáveis a sua sobrevivência (Paulino, 2006). Assim, a autonomia camponesa se manifesta nos controles de seu tempo e espaço, diferentemente da lógica existente no capitalismo (Silva, 2019). Um agricultor familiar, territorial e soberano é capaz de promover mecanismos de controle social para o combate à fome em sua região, a partir das construções social e ecológica e da relação entre o homem e a natureza, valorizando os recursos e sendo capaz de promover sistemas alimentares cultural e ambientalmente sustentáveis, a partir da Agroecologia (Altieri, 2010; Francis et al., 2003; Sevilla-Guzmán, 2013).

Esse fenômeno também foi encontrado na pesquisa:

“Eu aumentei as terras, comprei mais um lote porque minha demanda estava alta, pra fazer biofertilizante, adubo orgânico, plantar mais hortaliças. Só não planto mandioca porque não tem terreno. Mas aí eu troco a folha verde pela macaxeira aqui na associação” (informação verbal de Entrevistado 01, 2022).

“Hoje eu sustento toda minha família com a horta, não preciso mais fazer diária, produzo o que tem de produzir, coloco comida dentro de casa e minha esposa vende lá na feira também” (informação verbal de Entrevistado 04, 2022).

A territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, uma demarcação de terra; é uma relação social entre seres humanos que buscam uma autonomia compatível com os recursos ali disponíveis (Rodrigues et al., 2020). São estas características da agricultura familiar que estão além de um enquadramento legislativo, que visam o uso da terra de forma sustentável, seguindo os princípios agroecológicos, e que promovem o empoderamento social e a soberania dos

agricultores, dadas as suas reorganizações social e espacial, no desenvolvimento de diferentes formas de uso e manejo da terra, construindo novas territorialidades e novas identidades locais (Rodrigues *et al.*, 2020; Sena *et al.*, 2019).

A partir da concepção de soberania alimentar como território, pode-se afirmar que a disputa por um modelo de desenvolvimento no campo ganha mais amplitude, pois situa os camponeses em seu devido espaço de autonomia para a produção e para a reprodução social, ao mesmo tempo em que potencializa as lutas pela desterritorialização do latifúndio e do agronegócio, estimulando a pluralidade e a coletividade (Scarabeli; Mançano, 2020).

Ações agroecológicas, como o resgate e a conservação de sementes crioulas cultivadas pelo agricultor familiar, em oposição às sementes geneticamente modificadas, a conservação de recursos naturais, a produção de alimentos livres de agrotóxicos, a preservação da biodiversidade, a valorização dos saberes tradicionais e a articulação na distribuição e consumo de alimentos, a partir da promoção de circuitos curtos de comercialização, são atitudes indispensáveis à realização da soberania alimentar usadas pelas populações tradicionais da Amazônia. Nem toda agricultura camponesa é agroecológica, mas as práticas agroecológicas são camponesas — são não empresariais — e envolvem conhecimentos, técnicas, tecnologias e princípios, como cooperação e valorização dos patrimônios ecológico e familiar e organização política e luta, em movimentos de resistência à expansão do capital (Saquet, 2014).

As principais práticas utilizadas em uma produção agroecológica, caracterizadas como tecnologias agrárias na Amazônia, são: utilização de adubos orgânicos e biofertilizantes; manejo de cobertura viva ou ervas nativas invasoras; manejo de cobertura morta; adubação verde; plantio de curva de nível; rotação de culturas; consorciamento; inserção de quebra-ventos; implantação de cortinas vegetais; e uso de áreas de refúgio para fauna, além dos conhecimentos tradicionais, associados às gerações familiares presentes no território (Abreu *et al.*, 2012; Almeida; Petersen; Silva, 2009; Altieri, 2002; Assis; Romeiro, 2002).

Nas últimas décadas, inúmeros estudos desenvolvidos pela Ecologia e pela Etnoecologia sobre os nativos da Amazônia têm mostrado as diversidades e as extensões dos saberes e das técnicas desenvolvidas para se apropriar de recursos do meio ambiente e para os adaptar a suas necessidades (Castro, 1999). Com este agricultor, há um catálogo detalhado de conhecimentos sobre estruturas ou elementos da natureza, sobre relações estabelecidas entre si e sobre os processos ou dinâmicas e seus potenciais utilitários (Toledo, 2005).

Essas formas sociais, presentes no seio da pequena produção agroextrativista, na Agroecologia, nos sistemas agroflorestais e na pesca artesanal, entre outros, são representações de caracteres único e local, ou seja, reúnem elementos técnicos e de gestão ancestrais (Castro, 1999; Filocreão; Silva; Lomba, 2020; Lobato; Ferreira, 2020). Isso pode ser visto nas técnicas de produção identificadas nas comunidades, tais como o tempo, o como estocar, a influência da Lua na produção, o período das chuvas, entre outras, explicando a reprodução do saber (Castro, 1999). Essas técnicas são tecnologias agrárias agroecológicas, produzidas no seio da agricultura familiar, que promovem o desenvolvimento rural sustentável na região.

Para entender a relação entre o agricultor familiar e a terra, a pesquisa buscou se aprofundar nas tecnologias agrárias por eles promovidas, relacionadas à preservação ambiental, que servem para justificar a territorialidade, a partir do uso e manejo da terra. São práticas agroecológicas, ligadas aos saberes tradicionais e relacionados as suas origens, baseadas em suas trajetórias históricas, que resultam no uso racional da terra (Caporal; Costabeber, 2002; Castro, 1999; Sevilla-Guzmán, 2005). São sujeitos territoriais, emancipatórios, que não mercantilizam o alimento; pelo contrário, são capazes de promover a soberania alimentar e são produtores de cultura. São sujeitos que respeitam os ciclos naturais da agricultura, com seus ecossistemas são diversificados, pois sabem que dependem dos recursos naturais para sobreviver, donde vem sua diversidade produtiva, pois é a sua cultura que enraíza a atividade econômica no território e os seus conteúdos sócio-político e cultural, sem desconhecer ou negar a própria história de lutas agrárias. Ainda que o último censo agropecuário identifique que 59,8% dos agricultores familiares do estado do Amapá promovem alguma prática agroecológica (manejo florestal, descanso do solo, rotação de cultura, consorciamento) (IBGE, 2019), os indicadores foram diferentes na prática, pois foram identificadas inúmeras práticas agroecológicas em todos os estabelecimentos familiares visitados.

Essas práticas, vistas como tecnologias agrárias na realidade local, são modelos de trajetórias agrárias e são reproduzidas nos estabelecimentos, como: “[...] rotação de culturas, para ‘deixar a terra mais firme’; seleção natural das melhores sementes para o replantio” (informação verbal de Entrevistado 05, 2021); “[...] uso de adubação feita na própria comunidade, com insumos internos, que ‘vão fazer bem para a saúde da terra’” (informação verbal de Entrevistado 01, 2021); “[...] plantio de determinadas plantas somente em período de Lua cheia; técnicas de terraceamento, para ‘aproveitar melhor o período de chuvas sem inundar a plantação’” (informação verbal de Entrevistado 04, 2021); “[...] integração da terra com animais, reciclagem e manejo de biomassa gerada pela folhagem seca” (informação verbal de Entrevistado 03, 2021); e “[...] utilização de árvores de grande porte ao redor da plantação, para ‘evitar que o agrotóxico do vizinho entre na plantação’” (informação verbal de Entrevistado 02, 2021). Ainda que eles não consigam explicar muitos dos fenômenos observados na pesquisa, as ações práticas funcionam pelas respostas dadas sobre as relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimentos pelas gerações – há uma racionalidade na seleção daquilo que é socialmente acumulado, reciclado e socializado (Castro, 1999).

“A gente usa de práticas que minha avó ensinou pra família, como usar o lixo para adubação, fazer rotação de culturas para deixar a terra mais forte, usar o tucupi (molho tradicional, extraído da mandioca) como defensivo contra as pragas. Essas coisas todas foi a vó que ensinou. Tem em nenhum livro não” (informação verbal de Entrevistado 03, 2021).

Esses sujeitos se territorializam de distintas maneiras, historicamente, como por meio das práticas agroecológicas, adaptando-se às condições sociais e naturais, produzindo alimentos sem insumos químicos e valorizando os conhecimentos, que são repassados de geração em geração (Saquet, 2014).

Os sistemas alimentares promovidos na Agroecologia são construídos em territórios, a partir do fortalecimento das tecnologias agrárias promovidas pelos

agricultores familiares. Para que este fortalecimento ocorra, é necessário que as políticas de fomento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) sejam expansivas e sociabilizadas (Caporal, 2006, 2011). Quando ao acesso à assistência técnica, os entrevistados afirmaram que veem os órgãos assistencialistas do estado (SDR e RURAP) como formas de acesso a auxílios previdenciários e de emissão de documentos; não, como possibilidades potenciais de organização e de participação nas construções de conhecimentos e de políticas públicas. Eles alegam só ter ajuda do SEBRAE para emancipar a comercialização de sua produção e os seus movimentos sociais.

Autores afirmam que vários fatores contribuem para a não aplicação dos recursos financeiros e da ATER na comunidade agrícola, para gerações de melhorias e/ou de tecnologias, e levantam os principais problemas que caracterizam as dificuldades de acesso a políticas de crédito no estado do Amapá: burocracia de acesso; deficiência no número de técnicos, para auxiliar os agricultores familiares na elaboração de projetos; má feitura dos projetos, quando elaborados, desconexos com a realidade; desvios no uso dos recursos; deficiência ou falta de acompanhamento técnico; dificuldades de renegociação de dívidas com bancos; inadimplência de agricultores; e falta de informações, pelos agricultores (Caporal, 2011, 2020; Filocreão; Silva; Lomba, 2020; Lomba; Silva, 2014), o que se confirma no cenário encontrado na pesquisa.

As críticas que pousam sobre a ATER e sobre o acesso ao crédito rural são as de que estes deveriam priorizar a democratização do conhecimento e a promoção da agricultura familiar, nas bases epistemológicas da Agroecologia, e o respeito às pluralidades e às diversidades social, econômica, cultural e ambiental do país. Mas a realidade é que há uma disputa entre duas propostas de desenvolvimento rural: o projeto neoliberal do agronegócio, fundamentado na expansão da agricultura, o qual mercantiliza os recursos naturais, homogeneiza a produção e deslegitima os conhecimentos locais; e o projeto democratizante, representado inicialmente pelas propostas de reforma agrária e de desenvolvimento no meio rural, fundado na agricultura familiar e que é pautado pelas afirmações da expansão da agricultura de mercado interno, do reconhecimento dos direitos sociais das populações rurais, da democratização de acesso a políticas públicas e do objetivo fundamental da obtenção das seguranças e soberanias alimentares e nutricionais da população brasileira (Caporal, 2006, 2020). Por isso, é indispensável a utilização de estratégias diferenciadas, que incluem: a imersão do agente de ATER, junto às comunidades; a adoção de metodologias mais participativas; a valorização do conhecimento local; o entendimento da participação como direito de cidadania, que gera empoderamento para os atores locais; o emprego de processos educativos, capazes de contribuir para a emancipação dos sujeitos envolvidos; e a contribuição na sistematização das experiências como forma de aprendizagem (Caporal, 2020; Gollo; Oliveira, 2021; Peixoto, 2008).

Questionados sobre as persistências no meio rural e na produção no campo, mesmo diante da presente pressão fundiária, fatores econômicos e sociais e relações de territorialidade e de emancipação no campo foram temas levantados pelos agricultores: *“Eu nunca vi gente trabalhar com agricultura passar fome, porque dá dinheiro toda hora, gira muito, aí o dinheiro entra mais rápido. Todo dia eu tenho o que comer aqui na minha casa”* (informação verbal de Entrevistado 02, 2021); e *“Não sou*

nem quero ser rico, mas ganho o suficiente para viver e comer bem. Nem carro eu tenho, mas tenho minha terra e comida” (informação verbal de Entrevistado 01, 2022).

Sobretudo, o campesinato brasileiro se destaca pela sua forma de organização, pautada na mão de obra familiar, e pela maneira com que se articula aos mercados agroalimentares locais e capitalistas, buscando sua reprodução, enquanto classe camponesa, e negando as bases da acumulação ampliadas do capital (Silva, 2019). Em meio ao caos exógeno encontrado na região, e apesar das mudanças históricas e estruturais na economia e na sociedade amapaenses, as formas de reprodução social e de trabalho encontradas nas sociedades tradicionais insistem em permanecer na região, devido às características identificadas na área, fundadas nos conceitos da agricultura familiar: sujeitos territoriais e emancipatórios; com lutas de resistência contra a estrutura econômica neoliberal presente no Estado; e capazes de reproduzir trajetórias agrárias de base agroecológica, promotoras de preservação da sociobiodiversidade.

Questionados sobre os motivos para resistir no campo, algumas das lideranças assim se colocaram: “[...] *eu sou feliz aqui, eu só queria aumentar minhas tecnologias, disseminar o conhecimento, montar um restaurante orgânico, fazer uma escola agroecológica, trazer médicos pra cá, pra associação”* (informação verbal de Entrevistado 01, 2021); e *“É o que eu sei fazer, mexer com a terra, eu consigo falar com ela, é ela quem me fala o que eu devo plantar. Tem que saber ouvir. Num é todo mundo que sabe não. Não é fácil, mas as coisas continuam melhorando”* (informação verbal de Entrevistado 05, 2022).

Por fim, perguntados sobre o que poderia melhorar suas vidas no campo, inúmeras sugestões foram levantadas, como acesso a créditos e a treinamentos, relacionados a práticas agroecológicas locais, valorização do trabalho e fomento a canais de vendas, Eis algumas das manifestações: *“Eu queria irrigação automática, água limpa e controlada”* (informação verbal de Entrevistado 04, 2021); *“Querida mais treinamento sobre biofertilizantes, uso de adubação natural ou controle de pragas, mas quando eles [os órgãos assistencialistas] vêm aqui, a gente mais ensina do que aprende”* (informação verbal de Entrevistado 05, 2021); *“A gente queria ser mais valorizado no que faz”* (informação verbal de Entrevistado 04, 2021); *“A gente queria aprender a melhorar as vendas, ter um selo orgânico, ou selo de venda de produto natural. Tem gente que dá valor ao nosso produto como diferenciado. Eu sei disso porque eu vendo meu produto direto pro cliente”* (informação verbal de Entrevistado 01, 2021). Apesar das dificuldades apresentadas, nenhum dos entrevistados mostrou anseio em sair do campo, deixar o cotidiano rural ou buscar novas relações de trabalho.

A agricultura é um processo socialmente construído, que ocorre em um ambiente de agroecossistemas ecológico e social, logo sempre serão necessárias transformações radicais na agricultura, que sejam social, política, cultural e economicamente dirigidas, pois é o coletivo delas que determina a forma de ser da atividade (Altieri, 2010).

4 Considerações finais

Ao estudar o agricultor familiar inserido no processo de formação socioeconômica do Amapá, sob a ótica do desenvolvimento rural sustentável, deve-se levar em consideração a diversidade dos sujeitos que compõem o território, entendendo-os como resultado de processos históricos, e encontrar a lógica exploratória nas narrativas de constituição da agricultura no Brasil. No Amapá, foi identificado um sujeito campesino heterogêneo, dadas as suas trajetórias históricas — descendentes de escravos, índios, caboclos, quilombolas, ex-seringueiros e ribeirinhos que vivem da agricultura familiar no estado — e as suas relações com a terra — são sujeitos territoriais, movidos por suas formas de ocupação e de reprodução sociais, e impulsionadores da sociobiodiversidade na região, cuja relação com a terra é diferenciada, pois entendem que tal ligação vai além de gerar lucros, compondo histórias de lutas; histórias cuja perpetuação é quase uma obrigação.

Os agricultores familiares do Amapá têm o controle dos seus próprios meios de produção, têm organizações política e social, são capazes de se reproduzir socialmente, a partir de suas relações, são heterogêneos, diferindo entre si pela localização geográfica, pelos tipos de cultivos, pelas relações — que não se resumem somente a aspectos econômicos —, pelos trabalhos sociais que fazem, pelas cooperações entre seus pares, e têm importância histórica, pelas suas contendas contra as formas de dominação política ou econômica. Também, suas tecnologias agrárias foram encontradas no campo e fazem parte de suas identidades rurais — tais tecnologias, de base agroecológica, promovem a preservação do meio ambiente e o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais.

Hoje, esses agricultores familiares são essenciais ao processo agroecológico, pois encontraram formas de continuar a viver da agricultura na Agroecologia. Apesar do esforço necessário aos exercícios de suas atividades, os sujeitos rurais amapaenses puderam permanecer no campo, em condições em que são sujeitos de suas próprias histórias. Nesse viés, estudar a diversidade do homem rural e a relação deste com a natureza faz parte da ciência agroecológica, logo considerar as práticas e os conhecimentos tradicionais e locais é essencial para conhecer a dinâmica agroecológica no Brasil, em especial na Amazônia, objetivando entender as estratégias de reprodução neste espaço.

Por fim, o desenvolvimento da agricultura sustentável, promovida pelo agricultor familiar na Amazônia, requererá mudanças estruturais significativas, além de inovações tecnológicas, redes e solidariedades entre agricultores e consumidores. Tal expectativa consiste em que, através da pressão política constante dos agricultores organizados e dos membros da sociedade civil, a esfera legislativa seja instada a desenvolver e a impulsionar políticas públicas, que possam melhorar a soberania alimentar, preservar a base dos recursos naturais e assegurar a igualdade social e a viabilidade econômica da atividade destes sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. S. et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 143–160, 2012.

ALMEIDA, E.; PETERSEN, P.; SILVA, F. J. P. Lidando com extremos climáticos: análise comparativa entre lavouras convencionais e em transição ecológica no Planalto Norte de Santa Catarina. **Agriculturas**, v. 6, n. 1, p. 28–33, 2009.

ALTIERI, M. A. Agroecology: The science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v. 93, n. 1–3, p. 1–24, 2002.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, v. 13, n. 16, p. 22–32, 2010.

ARCHETTI, E. P. Presentación. In: CHAYANOV, A. V. (ed.). **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. p. 15–32.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, n. 021, p. 67–80, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE SOJA (Aprosoja Brasil). **Boletim nº 12/2019**. 2019. Disponível em: https://aprosojabrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/01/BOLETIM.12.APROSOJA_2019.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

AZEVEDO, R. S.; SANTOS, A. F. P. R. Camponês e Agricultor Familiar: mesmos sujeitos? **Geografia**, v. 26, n. 2, p. 58–77, 2017.

AZEVEDO-RAMOS, C. Desenvolvimento Sustentável sob a ótica da floresta. **Cadernos do NAEA**, v. 4, p. 9–21, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. 2007. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%206.040-2007&OpenDocument. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J.; RAMOS, L. (ed.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Bagaço, 2006. p. 09–34.

CAPORAL, F. R. Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, p. 23–33, 2011.

CAPORAL, F. R. Transição agroecológica e o papel da extensão rural. **Extensão Rural (DEAER/CCR) - UFSM**, v. 27, n. 3, p. 7–19, 2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 3, p. 70–85, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Porto Alegre, jan. 2000. Disponível em: <https://mst.org.br/download/agroecologia-e-desenvolvimento-rural-sustentavel-perspectivas-para-uma-nova-extensao-rural/#>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CARVALHO, P. A. F. Chayanov e a teoria do cooperativismo. In: CARVALHO, H. M. (org.). **Chayanov e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 304.

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, p. 31–50, 1999.

CHAGAS, M. A. A. *et al.* A articulação entre o complexo verde de Ab'Saber e o complexo urbano de Becker como desafio do desenvolvimento regional: Amapá como um caso amazônico. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 32, p. 829–860, 2017.

COLLADO, A. C.; MONTIEL, M. S.; FERRE, M. R. Soberanía alimentaria y Agroecología emergente: la democracia alimentaria. In: COLLADO, A. C. (ed.). **Aproximaciones a la democracia radical**. Barcelona: Icaria, 2010. p. 213–238.

COSTA, F. D. A. Dinâmicas produtivas e inovativas: perspectivas para o desenvolvimento sustentável da Região Norte. In: SIFFERT-FILHO, N. F. *et al.* (ed.). **Um olhar para o desenvolvimento: Amazônia**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 282–321.

COSTA, F. D. A. **Formação Rural Extrativista na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, 2012.

COSTA, F. D. A. Políticas Públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO, um capítulo de história econômico-social contemporânea. **Papers do NAEA**, v. 145, p. 1–30, maio 2000.

COSTA, F. D. A.; FERNANDES, D. A. Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 20, n. 3, p. 517–552, 2016.

COSTA, F. D. A.; FERNANDES, D. A.; CRISPIM, C. N. S. Constituição, situação e dinâmica de arranjos produtivos locais: p caso do APL de açaí na região do Grão-Pará (2002 a 2010). **Análise Econômica**, v. 36, n. 69, p. 109–137, 2018.

COSTA, F. D. A.; INHETVIN, T. **A agropecuária na economia de várzea da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Manaus: Pró Varzea/Ibama, 2007.

ESCOBAR, A. Beyond the Third World: Imperial Globality, Global Coloniality, and Anti-Globalization Social Movements. **Third Word Quartely**, v. 25, n. 1, p. 207–230, 2004.

ESCOBAR, A. Depois da natureza: passos para uma ecologia política antiessencialista. In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (ed.). **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas**. Brasília: Fracso-Brasil; Abaré, 2005. p. 17–55.

FELÍCIO, M. J. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia**, v. 15, n. 1, p. 205–219, 2006.

FERNANDES, B. M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. **Anais [...]**. João Pessoa: AGB, 2002.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, v. 11, n. 1, p. 1–9, 2012.

FILOCREÃO, A. S. M. Formação socioeconômica do Amapá. In: CASTRO, E. R.; CAMPOS, Í. (ed.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. v. 2, p. 97–172.

FILOCREÃO, A. S. M.; SILVA, I. C.; LOMBA, R. M. Sustentabilidade dos sistemas agroextrativistas do sul do Amapá. **Espaço & Geografia**, v. 22, n. 2019, p. 521–554, abr. 2020.

FRANCIS, C. et al. Agroecology: The ecology of food systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, v. 22, n. 3, p. 99–118, 2003.

FUTEMMA, C.; CASTRO, F.; BRONDIZIO, E. S. Farmers and social innovations in rural development: collaborative arrangements in Eastern Brazilian Amazon. **Land Use Policy**, v. 99, n. June, p. 104999, 2020.

GLIESSMAN, S. R. et al. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **ECOSISTEMAS Revista Científica y Técnica de Ecología Medio Ambiente**, v. 16, n. 1, p. 13–23, 2007.

GLIESSMAN, S. R.; FERGUSON, B. G. An urgent call for deep food system change. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 45, n. 1, p. 1–2, 2021.

GOLLO, A. M. L.; OLIVEIRA, M. L. R. Capacitação de agentes de ATER em processos de formação em agroecologia na Região Sudeste do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. 1–19, 2021.

HOYOS, C. J.; D'AGOSTINO, A. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências. **Revista Nera**, v. 20, p. 174–198, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LOBATO, S. S. Federalização da fronteira: a criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 272–286, 2014.

LOBATO, S. S.; FERREIRA, P. P. Educação e mundo do trabalho: diretrizes e ações educativas da Icomi no Amapá (1964-1967). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, 2020.

LOMBA, R. M.; FILOCREÃO, A. S. M.; SILVA, I. C. Políticas de desenvolvimento territorial do Sul do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidade do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 13, 2020.

LOMBA, R. M.; SILVA, I. C. O crédito rural na agricultura familiar no Estado do Amapá - Brasil. **Informe GEPEC**, v. 18, n. 2, p. 20–36, 2014.

LOMBA, R. M.; SILVA, J. G. Os conflitos pela terra no Amapá: uma análise sobre a violência institucionalizada no campo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 2, p. 185, 2015.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, v. 11, n. 12, p. 57–67, 2008.

MATTOS, L. *et al.* Agricultura de pequena escala e suas implicações na transição agroecológica da Amazônia brasileira. **Amazônica** 2, v. 2, p. 264–292, dez. 2010.

MIRANDA, C. B. M. Ditadura militar e Amazônia: representações, imaginários e legitimação política na década de 1970. **Revista Manduarisawa**, v. 2, n. 1, p. 73–84, 2018.

NAHUM, J. S.; FERREIRA, D. S. Entre as margens dos rios e as marchas da história: espaço e sociedade ribeirinha na Amazônia. **PerCursos**, v. 20, n. 43, p. 39–65, 2019.

NETO, V. J.; NETO, R. B. G. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. **Diálogos Latino-americanos**, v. 1, n. 26, p. 144–157, 2017.

NODA, H.; NODA, S. N. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 4, n. 6, p. 55–66, 2003.

OLIVEIRA, A. P. S. Reflexões acerca da manutenção do conceito de campesinato. **Revista do Instituto de Ciências Humanas** 2, v. 14, n. 20, p. 15–36, 2018.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Centro de Estudos, 2008.

PEREIRA, A.; OLIVEIRA, S. Reflexões acerca da manutenção do conceito de campesinato Reflexiones acerca del mantenimiento del concepto de campesinado. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 14, n. 20, p. 15–36, 2018.

PLOEG, J. D. Van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (ed.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 15–56.

PORTO, J. L. R. Aspectos da ação do estado na fronteira amazônica: a experiência do Território Federal/Estado do Amapá. **Série Percepções do Amapá**, v. 2, p. 28, 2005.

PORTO, J. L. R.; BRITO, D. M. C. A formação territorial e gestão ambiental no estado do Amapá. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. **Anais [...]**. São Paulo, 2005.

PORTO, J. L. R. et al. Dilemas territoriais amapaenses: a (des)configuração de um estado em construção. In: XII ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. **Anais [...]**. Montevideú, 2009.

RODRIGUES, L. C. et al. Agroecologia e a construção de territorialidade: o caso da comunidade rural Nossa Senhora da Guia, Cárceres, MT. **Cadernos de Agroecologia - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

ROMANI, C.; SOUZA, C. M.; NUNES, F. A. Conflitos, fronteiras e territorialidades em três diferentes projetos de colonização na Amazônia. **Tempos Históricos**, v. 18, n. 2, p. 164–190, 2014.

SANTANA, J. U. R.; GERVAIS, A. M. D.; MATTOS, J. L. S. Dinâmica dos territórios camponeses em Alagoas: a articulação de famílias assentadas para ampliar a Agroecologia em áreas de reforma agrária. **Sociedade & Natureza**, v. 33, p. 1–12, dez. 2021.

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas: abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, v. 13, n. 2, p. 125–143, 2014.

SCARABELI, V.; MANÇANO, B. F. O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar com base nos conceitos de segurança alimentar, soberania alimentar e agroecologia. **Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades**, v. 2, n. 1, p. 35–52, 2020.

SENA, A. O. V. et al. Agroecologia e produção orgânica na agricultura familiar no território extremo sul da Bahia. **Revista Fitos**, v. 13, n. 1, p. 15, 2019.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (ed.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 1689–1699.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Agroecología y Agricultura Ecológica: hacia una “re”construcción de la soberanía alimentaria. **Agroecología**, v. 1, p. 7–18, 2006.

SEVILLA-GUZMÁN, E. El despliegue de la Sociología Agraria hacia la Agroecología. **Cuides. Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible**, n. 10, p. 85–109, 2013.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, v. 8, n. 7, p. 1–21, 2005.

SILVA, H. **Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 163–175, 2015.

SILVA, J. S. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista Nera**, v. 22, n. 50, p. 40–63, 2019.

SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UNESCO, 2007.

SOARES, F. As raízes discursivas da intervenção militar na Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, v. VII, n. 3, p. 9–24, dez. 2019.

SOUZA, J. L. C.; CARODI, T. M. “Integrar para não entregar”: A ditadura civil-militar (1964-1985) ressignificando a colonialidade. **Das Amazônias**, Rio Branco, n. 2, p. 16–22, 2019.

STUCHÍ, J.; RODRIGUES, E. B.; SANTOS, J. D. A. Construção da rede agroecológica no Amapá. In: DIAS, T.; EIDT, J. S.; UDRY, C. (ed.). **Diálogos de saberes: relatos da Embrapa**. Brasília: Embrapa, 2016. p. 497–510.

TOLEDO, V. M. La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales. **Leisa**, v. 20, n. 4, p. 16–19, abr. 2005.

VIEIRA, T. W. M. “A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato. **Revista Nera**, v. 22, n. 46, p. 129–147, 2019.

WANDERLEY, M. N. B. A questão agrária, uma questão para a sociedade brasileira. **Revista Raízes**, v. 39, n. 1, p. 15–30, 2019.

WANDERLEY, M. N. B. O Campesinato Brasileiro : uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, v. 52, n. 1, p. S025–S044, 2014.

Ana Karolina Lima Pedrada. Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA). Professora do Instituto Federal do Amapá. Rod. Duca Serra, 1133 - Fonte Nova, Santana - AP, 68925-000. ana.lima@ifap.edu.br.

Oriana Trindade de Almeida. Doutora em Ciências Ambientais. University of London, UL, Inglaterra. Professora do NAEA-UFPA. Rua Augusto Correa, nº 1, sala 221. Guamá. 66035170 - Belém, PA. orianaalmeida@gmail.com.

Tiago Idelfonso e Silva Pedrada. Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIFAP). Professor do Instituto Federal do Amapá. Rod. Duca Serra, 1133 - Fonte Nova, Santana - AP, 68925-000. Tiago.pedrada@ifap.edu.br.

Roberta Cacela de Almeida. Mestre Ensino de História (UNIFAP). Professora do Instituto Federal do Amapá. Rod. Duca Serra, 1133 - Fonte Nova, Santana - AP, 68925-000. roberta.almeida@ifap.edu.br.

Submetido em: 10/04/2024

Aprovado em: 18/12/2025

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Ana Karolina Lima Pedrada

Curadoria de Dados (Data curation): Ana Karolina Lima Pedrada e Tiago Idelfonso e Silva Pedrada

Análise Formal (Formal analysis): Ana Karolina Lima Pedrada e Roberta Cacela de Almeida

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): Oriana Trindade de Almeida

Investigação/Pesquisa (Investigation): Ana Karolina Lima Pedrada e Oriana Trindade de Almeida

Metodologia (Methodology): Ana Karolina Lima Pedrada e Tiago Idelfonso e Silva Pedrada

Administração do Projeto (Project administration): Oriana Trindade de Almeida

Recursos (Resources): Ana Karolina Lima Pedrada, Tiago Idelfonso e Silva Pedrada

Software Supervisão/orientação (Supervision): Ana Karolina Lima Pedrada

Validação (Validation): Oriana Trindade de Almeida

Visualização (Visualization): Roberta Cacela de Almeida

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Ana Karolina Lima Pedrada, Oriana Trindade de Almeida, Tiago Idelfonso e Silva Pedrada, Roberta Cacela de Almeida

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Ana Karolina Lima Pedrada Oriana Trindade de Almeida

Fontes de financiamento: Instituto Federal do Amapá, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.